

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

GUIA DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTROS DE VALORES A RECUPERAR DE CONTRIBUIÇÕES AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE
Divisão de Informação e de Normatização Contábil – DNC e
Divisão de Controle da Administração Direta - DCD
Atualizado em 23/07/2021**

Sumário

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – PAGAMENTO DE INSS DE COMPETÊNCIA ATUAL.....	3
3 – RETIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIAS ANTERIORES.....	3
3.1 – Recolhimento do Servidor	4
3.2 – Devolução ao Servidor.....	6
3.3 – Aumento da Contribuição Patronal	7
3.4 – Devolução de Contribuição Patronal	9
3.5 – Pagamento de Salário-Maternidade/Salário-Família ao servidor	11
3.6 – Desconto de Salário-Maternidade/Salário-Família do servidor	13

1 – INTRODUÇÃO

Esse guia tem por objetivo padronizar os lançamentos contábeis que devem ser realizados em casos de retificação dos valores a pagar ao INSS de competências anteriores gerados a partir da folha de pagamento. Para fins de contextualização, o guia apresentará as situações de fluxo normal de contribuição ao INSS na competência correta, bem como os procedimentos a serem adotados nos casos em que é necessária a compensação em favor do Estado de competências anteriores.

No Guia, são apresentados os lançamentos contábeis patrimoniais gerados automaticamente e os lançamentos contábeis que deverão ser efetuados manualmente (slip). Salienta-se que existem outros lançamentos contábeis gerados automaticamente, referente aos controles da execução do planejamento e orçamento (grupo 6) e aos controles credores (grupo 8), que não serão demonstrados neste guia, por não serem essenciais para a orientação ao qual se destina.

2 – PAGAMENTO DE INSS DE COMPETÊNCIA ATUAL

O valor total que consta em uma CTS (ou GPS) de competência atual que será paga dentro do vencimento é composto por:

- a) **CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR:** valor descontado em folha do próprio servidor, geralmente na rubrica 411 – INSS, contabilizada como ingresso de receita extraorçamentária;
- b) **CONTRIBUIÇÃO PATRONAL:** valor calculado sobre a remuneração do servidor, composto por 20% mais a alíquota de RAT ajustada ($RAT \times FAP$), contabilizada como empenho e liquidação; e
- c) **DEDUÇÕES:** valores de salário-maternidade (SM) e salário-família (SF) pagos pelo órgão em nome do INSS, que são abatidos do repasse final, contabilizados como pagamento por devedor (PD) e regularizados pela conversão da receita do item “a” ou pela retenção na liquidação do item “b”. No sistema RHE, são lançados nas rubricas 133 – Salário-Maternidade e 146 – Salário-Família.

3 – RETIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIAS ANTERIORES

Quando a folha de pagamento gera lançamentos de competências retroativas que impactam nos valores declarados ao INSS, deve haver a contabilização de todos os impactos, independente se houver pagamento ou compensação. A seguir são discriminados todos os procedimentos e como deve ser feita sua contabilização, frisando que, por mais que os casos sejam apresentados individualmente, em uma CTS ou GPS retificadora de INSS pode haver a retificação de todas as hipóteses (recolhimento ou devolução ao servidor + recolhimento ou devolução patronal + compensação ou devolução de SM/SF).

3.1 – Recolhimento do Servidor

O aumento da contribuição representa um novo desconto em folha do servidor e contabilmente representará ingresso de receita extraorçamentária (nas classificações de receita 5210.01.0.1.0023 ou 5210.01.0.1.0024), gerando o seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.1.1.1.01.01.0061 – FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR

C – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

Essa receita deve ter nota financeira liberada para pagamento e haverá também a incidência de juros e multa, que devem ser empenhados e liquidados na NAD 3.1.90.13.1319, independentemente do exercício da competência.

Caso haja compensações que impactem na redução do valor final a pagar, ao invés de ser liberada para pagamento, a receita extraorçamentária pode ser (total ou parcialmente):

- a) Convertida para a classificação de receita 1922.99.1.1.0274, no caso de compensação de devolução de contribuição patronal, que resultará no seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

Se dentro do valor convertido houver atualização monetária, deve ser registrado por slip concomitantemente o crédito de INSS pelo seguinte lançamento, somente no valor da atualização (supondo que o crédito da contribuição patronal já tenha sido registrado em momento anterior):

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- b) Utilizada para regularizar pagamento por devedor, no caso de devolução da contribuição a servidor, que resultará no seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

Se houver atualização monetária do valor compensado, a regularização do pagamento por devedor é feita pelo valor original e o valor da atualização deve ser convertido para a classificação 1922.99.1.1.0274, com registro concomitante do ativo pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- c) Convertida para a classificação de receita 5422.01.0.1.0021 (ou 22), no caso de pagamento de SF/SM ao servidor, diminuindo o valor a pagar final ao INSS, com posterior regularização do pagamento por devedor, que resultará no seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

Se houver atualização monetária do valor compensado, a regularização do pagamento por devedor é feita pelo valor original e o valor da atualização deve ser convertido para a classificação 1922.99.1.1.0274, com concomitante registro do ativo pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

3.2 – Devolução ao Servidor

A devolução de uma contribuição previdenciária ao servidor representa um aumento do valor a ser pago em folha de pagamento. Como a devolução do valor não é uma despesa do Estado, deve ser constituído um ativo em favor do Estado, tendo o INSS como Credor. Nesse caso, deve ser realizado um registro de pagamento por devedor, que resulta no seguinte lançamento:

D – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

C – 2.1.1.1.1.01.01.0061 – FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR

Se esse for o único lançamento de retificação, será gerado um crédito junto ao INSS para compensação em competências posteriores, e o pagamento por devedor ficará pendente de regularização até a utilização do crédito. No momento da utilização desse crédito, a compensação é atualizada monetariamente e pode ser utilizada de três formas:

- a) Por diminuição do valor a pagar de contribuição patronal, por meio de retenção do tipo 758 – COMPENSACAO INSS e credor 905178 na liquidação da competência que utilizará a compensação, que resultará no seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.1.4.3.01.01.0566 – CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES

C – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

Em seguida, deve-se regularizar o pagamento por devedor do valor original, que resultará no seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

A atualização monetária, que ficará pendente na classificação 5210.01.0.1.0024 (depois de regularizado o PD), deve ser convertida para a classificação 1922.99.1.1.0274, com concomitante registro do ativo da atualização pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- b) Por diminuição do valor a pagar de contribuição dos segurados de competências posteriores. Como essa contribuição fica disponível como receita na classificação 5210.01.0.1.0023 (ou 24), basta utilizar a receita para regularizar o pagamento por devedor, que resultará no seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

A atualização monetária deve ser convertida para a classificação 1922.99.1.1.0274, com concomitante registro do ativo da atualização pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- c) Por diminuição do valor a pagar de descontos de salário-maternidade/salário-família do servidor (que aumentam o valor a pagar ao INSS). Como esse desconto do servidor gera um ingresso de receita extraorçamentário na classificação 5422.01.0.1.0021 (ou 22), basta converter a receita para a classificação 5210.01.0.1.0024 e regularizar o PD, que resultará no seguinte lançamento:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

A atualização monetária deve ser convertida para a classificação 1922.99.1.1.0274, com concomitante registro do ativo da atualização pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

3.3 – Aumento da Contribuição Patronal

Identificando-se um fato que resulta em um aumento de contribuição patronal de competências anteriores, deve ser realizado empenho e liquidação na natureza de despesa 3.1.90.13.1304. Deve-se observar também que se a correção é de competência de exercício anterior o elemento

a ser utilizado é o 92, portanto na natureza de despesa 3.1.90.92.1304. Em qualquer caso, haverá também a incidência de juros e multa, que devem ser empenhados e liquidados na NAD 3.1.90.13.1319, independentemente do exercício da competência.

Caso haja compensações que impactem na redução do valor final a pagar, deve haver a retenção da liquidação (total ou parcialmente):

- a) Do tipo 758 – COMPENSACAO DE INSS e credor 905178, com posterior conversão para a classificação de receita 1922.99.1.1.0274, no caso de compensação de devolução de contribuição patronal, o que resultará no seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

Se dentro do valor convertido houver atualização monetária, deve ser registrado o crédito de INSS pelo seguinte lançamento, somente no valor da atualização (supondo que o crédito da contribuição patronal já tenha sido registrado em momento anterior):

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- b) Do tipo 758 – COMPENSACAO DE INSS e credor 905178, com posterior utilização da receita para regularizar pagamento por devedor, no caso de devolução da contribuição ao servidor. A regularização gerará o seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

Se houver atualização monetária do valor compensado, a regularização do pagamento por devedor é feita pelo valor original e o valor da atualização deve ser convertido para a classificação 1922.99.1.1.0274, com registro concomitante do ativo pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- c) Do tipo 1487 – RET.SAL.MATERNIDADE INSS – FOLHA DE PESSOAL e credor 905178 para órgãos cuja GPS de folha ainda não foi implantada e 487 - RET.SAL.MATERNIDADE INSS e credor 905178 para órgãos com GPS de folha implantada, no caso de pagamento de SM/SF ao servidor, diminuindo o valor a pagar final ao INSS, com posterior regularização do pagamento por devedor. A regularização gerará o seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

Se houver atualização monetária do valor compensado, a regularização do pagamento por devedor é feita pelo valor original e o valor da atualização deve ser convertido para a classificação 1922.99.1.1.0274, com registro concomitante do ativo pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

3.4 – Devolução de Contribuição Patronal

Se esse for o único lançamento de retificação, será gerado um crédito junto ao INSS para compensação em competências posteriores. No momento da verificação do crédito junto ao INSS, o órgão deve comunicar o setor de contabilidade ou seccional, que realizará o seguinte lançamento contábil por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

No momento da utilização desse crédito, a compensação é atualizada monetariamente e pode ser utilizada de três formas:

- a) Por diminuição do valor a pagar de contribuição patronal de competência posterior, por meio de retenção do tipo 758 – COMPENSACAO INSS e credor 905178 na liquidação da competência que utilizará a compensação. Em seguida, deve-se converter todo o valor

da retenção para a classificação 1922.99.1.1.0274, que resultará no seguinte lançamento:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

Também deve ser registrado o ativo da atualização monetária pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- b) Por diminuição do valor a pagar de contribuição dos segurados de competências posteriores. Como essa contribuição fica disponível como receita na classificação 5210.01.0.1.0023 (ou 24), basta converter o valor da compensação para a classificação 1922.99.1.1.0274, que resultará no seguinte lançamento:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

Também deve ser registrado o ativo da atualização monetária pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- c) Por diminuição do valor a pagar pelos descontos de salário-maternidade/salário-família do servidor. Como esse desconto do servidor gera um ingresso de receita extraorçamentário na classificação 5422.01.0.1.0021 (ou 22), basta converter o valor da compensação para a classificação 1922.99.1.1.0274, que resultará no seguinte lançamento:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

Também deve ser registrado o ativo da atualização monetária pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

3.5 – Pagamento de Salário-Maternidade/Salário-Família ao servidor

O pagamento de salário-maternidade e salário-família é contabilizado como pagamento por devedor pelo seguinte lançamento:

D – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

C – 2.1.1.1.1.01.01.0061 – FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR

Nesse caso a folha já terá realizado essa contabilização, e se esse for o único lançamento de retificação, deve ficar pendente de regularização até a utilização do crédito. No momento da utilização desse crédito, a compensação é atualizada monetariamente e pode ser utilizada de três formas:

- a) Por diminuição do valor a pagar de contribuição patronal, por retenção do tipo 1487 – RET.SAL.MATERNIDADE INSS – FOLHA DE PESSOAL e credor 905178 para órgãos cuja GPS de folha ainda não foi implantada e 487 - RET.SAL.MATERNIDADE INSS e credor 905178 para órgãos com GPS de folha implantada, na liquidação da competência que utilizará a compensação. Em seguida, deve-se regularizar o pagamento por devedor do valor original, que resultará no seguinte lançamento:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

A atualização monetária, que ficará pendente na classificação 5422.01.0.1.0022, deve ser convertida para a classificação 1922.99.1.1.0274, com registro concomitante do ativo da atualização pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- b) Por diminuição do valor a pagar de contribuição dos segurados. Como essa contribuição fica disponível como receita na classificação 5210.01.0.1.0023 (ou 24), basta converter a receita para a classificação 5422.01.0.1.0021 (ou 22) e utilizar a receita para regularizar o pagamento por devedor, que resultará no seguinte lançamento:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

A atualização monetária deve ser convertida para a classificação 1922.99.1.1.0274, com concomitante registro do ativo da atualização pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

Obs: Essa opção não deve ser utilizada para Órgão que emitem a GPS pelo FPE.

- c) Por diminuição do valor a pagar de descontos de salário-maternidade/salário-família do servidor (que aumentam o valor a pagar ao INSS) de competências posteriores. Como esse desconto do servidor gera um ingresso de receita extraorçamentário na classificação 5422.01.0.1.0021 (ou 22), basta utilizar a receita para regularizar o PD, que resultará no seguinte lançamento:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

A atualização monetária deve ser convertida para a classificação 1922.99.1.1.0274, com concomitante registro do ativo da atualização pelo seguinte lançamento por slip:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

3.6 – Desconto de Salário-Maternidade/Salário-Família do servidor

Quando há um estorno de pagamento dessa natureza, a folha contabiliza ingresso de receita na classificação 5422.01.0.1.0021 ou 5422.01.0.1.0022, que deve ser liberado para pagamento. Haverá também a incidência de juros e multa, que devem ser empenhados e liquidados na NAD 3.1.90.13.1319, independentemente do exercício da competência.

Caso haja compensações que impactem na redução do valor final a pagar, ao invés de ser liberada para pagamento, a receita extraorçamentária pode ser (total ou parcialmente):

- a) Convertida para a classificação de receita 1922.99.1.1.0274, no caso de compensação de devolução de contribuição patronal, resultando no seguinte lançamento contábil:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

Se dentro do valor convertido houver atualização monetária, deve ser registrado por slip o crédito de INSS pelo seguinte lançamento, somente no valor da atualização (supondo que o crédito da contribuição patronal já tenha sido registrado em momento anterior):

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- b) Convertida para a classificação 5210.01.0.1.0024 e utilizada para regularizar pagamento por devedor, no caso de devolução da contribuição ao servidor, que resultará no seguinte lançamento:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

Se houver atualização monetária do valor compensado, a regularização do pagamento por devedor é feita pelo valor original e o valor da atualização deve ser convertido para a classificação 1922.99.1.1.0274, com concomitante registro por slip do ativo pelo seguinte lançamento:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS

- c) Utilizada para regularizar pagamento por devedor, no caso de pagamento de SM/SF ao servidor, que resultará no seguinte lançamento:

D – 2.1.8.8.1.01.02.0039 – CONTRIBUIÇÃO AO RGPS

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – DEVEDORES

Se houver atualização monetária do valor compensado, a regularização do pagamento por devedor é feita pelo valor original e o valor da atualização deve ser convertido para a classificação 1922.99.1.1.0274, com concomitante registro do ativo pelo seguinte lançamento:

D – 1.1.3.2.3.06.01.0566 – CONTRIBUICAO AO RGPS A COMPENSAR

C – 4.4.3.9.3.01.99.0566 – INSCRICAO DE CREDITO DE RGPS